

# Estudo Técnico Preliminar 26/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.173954/2023-61

## 2. Descrição da necessidade

2.1. De acordo com o Documento de Formalização da Demanda, serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, EPI's e uniformes, de forma continuada ou sob demanda, com e sem dedicação exclusiva de mão de obra, e de carregadores, sem dedicação exclusiva e sob demanda, nos imóveis das Gerências Executivas de Criciúma e Chapecó e suas unidades jurisdicionadas, vinculadas à Superintendência Regional Sul do INSS, são necessários e imprescindíveis à Administração, tendo em vista que a contratação pretendida deverá se estender por mais de um exercício financeiro, considerando que a sua interrupção comprometerá a continuidade das atividades precípua do INSS, pelo que está perfeitamente enquadrado como serviço de natureza continuada, na forma estabelecida no Art. 57, Inciso II da Lei nº 8.666/1993 e do Art. 1º, §1º do Decreto nº 2.271/1997).

2.2. O serviço a ser contratado se enquadra na classificação de SERVIÇOS COMUNS, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado (art. 1º, § único da Lei 10.520, de 17.07.2002, art. 3º, § 2º do Decreto nº 3.555, de 08.08.2000). Também se enquadra nos pressupostos do art. 3º, § 1º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso IV do art. 7º do Decreto nº 9.507/2018 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

2.4. As situações relatadas podem representar um impacto direto na qualidade e na continuidade do atendimento prestado aos cidadãos nas Agências da Previdência Social, bem como no funcionamento das unidades administrativas do Instituto, ocasionando perda de produtividade, insatisfação de servidores e cidadãos e, conseqüentemente, prejuízos à imagem institucional.

2.5. Nesse sentido, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, higienização e carregadores apresenta-se como uma alternativa viável, oferecendo diversas vantagens técnicas e econômicas, dentre as quais se destacam:

2.5.1. A capacidade das empresas especializadas na prestação dos serviços pretendidos em planejar, coordenar, administrar e executar suas obrigações por meio de profissionais treinados para a função que desempenham, a disponibilidade de equipamentos, acessórios, insumos e materiais necessários à execução dos referidos serviços.

2.6. Acresce-se, às justificativas ora mencionadas, a necessidade de atendimento das demandas apresentadas pela Área Requisitante.

2.7. A contratação pretendida representa ação que colabora com as iniciativas previstas no ceta de contratos, por meio da qual se busca alcançar os objetivos estratégicos institucionais, especialmente no que concerne à busca incessante pela melhoria do atendimento à população, objetivo primordial do Planejamento Estratégico do INSS.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COFL SRSul	Antonio Marcos Ribeiro

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos Legais:

### Leis Federais:

Lei nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;

### Decretos:

Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Decreto nº 3.555/2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, e dá outras providências;

Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

### Instruções Normativas

Instrução Normativa SG/MPDG nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;

Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2018: Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.

OBS: Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

### Requisitos de Manutenção:

Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos produtos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pelo contratante, quando for o caso.

### Requisitos Temporais

O prazo para execução do futuro contrato será de 12 (doze) meses, prorrogado por igual período, limitado a sessenta meses, contados a partir da assinatura do contrato. Em casos excepcionais o futuro contrato poderá ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, de acordo com o contido no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993.

### Requisitos de Segurança

Os funcionários da contratada deverão adequar-se às regras de segurança, de circulação e de identificação do INSS, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança no Trabalho.

### Requisitos de projeto e de implementação

Todos os equipamentos e materiais necessários à prestação dos serviços deverão atender plenamente ou superar as especificações técnicas estabelecidas.

### Requisitos de experiência profissional

A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem e atualização, quando for o caso.

### Requisitos de formação da equipe

A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante formalmente designado, que se responsabilizará pela administração e coordenação de seus empregados alocados ao contrato, podendo, inclusive, se for o caso, ser designado como preposto da empresa para representá-la perante a Administração.

### Requisitos de metodologia de trabalho

Os empregados da contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado.

### Requisitos de segurança da informação

Todos os funcionários da contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS.

### Requisitos da Qualificação Técnica da Contratada:

A contratada deverá apresentar comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de 03 (três) anos serem ininterruptos.

Embora o conteúdo do Acórdão 2870/2018 cite que *"a exemplo de zeladoria, limpeza, conservação e dedetização de grupos sanitários, lavatórios e vestiários, há atividades em relação às quais não me parece que a empresa com 3 anos de experiência tenha melhores condições de execução a contento do que outra que tenha executado quantitativo equivalente em , essa equipe de planejamento entende que por se tratar de contrato com dedicação exclusiva prazo inferior"*, a experiência de 03 anos dá à Administração, além da comprovação da experiência um bom indício da solidez da futura Contratada, reduzindo-se assim os riscos com relação à sua descontinuidade.

Como justificativa, demonstra-se abaixo a exigência imposta nas licitações anteriores da SRSUL:

PARANÁ					
#	PE	Exigência Técnica	Exigências Econômicas	Unidade	Vigência
	20/2021	1 ano, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Curitiba e Ponta Grossa	20/12/2021 a 20/12/2022
	03/2019	3 anos	PL 10%, CCL 16,66%	Maringá	11/11/2019 a 11/05/2022
	03/2018	3 anos, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Cascavel	03/12/2018 a 30/04/2022
	03/2017	3 anos, 100%	PL 10%, CCL 16,66%	Londrina	20/11/2017 a 30/05/2022

SANTA CATARINA					
#	PE	Exigência Técnica	Exigências Econômicas	Unidade	Vigência
	03/2016	3 anos, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Florianópolis	18/04/2016 a 18/04/2022
	03/2020	3 anos, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Joinville	24/11/2020 a 24/05/2022
	18/2021	1 ano, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Blumenau	01/09/2021 a 01/09/2022
	02/2020	3 anos, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Criciúma	25/05/2020 a 25/05/2022
	07/2019	3 anos, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Chapecó	06/03/2019 a 30/05/2022

RIO GRANDE DO SUL					
#	PE	Exigência Técnica	Exigências Econômicas	Unidade	Vigência
	02/2019	3 anos, 100%	PL 10%, CCL 16,66%	Canoas	30/10/2019 a 30/05/2022
	02/2019	3 anos	PL 10%, CCL 16,66%	Porto Alegre	01/07/2019 a 01/04/2022
	05/2017	3 anos, 20 postos	PL 10%, CCL 16,66%	Novo Hamburgo	29/01/2018 a 29/12/2022
	28/2021	1 ano, 100% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Uruguaiana	03/01/2022 a 03/01/2023
	01/2020	3 anos, 50% da área	PL 10%, CCL 16,66%	Pelotas	21/12/2020 a 21/05/2022
	04/2016	3 anos, 50%	PL 10%, CCL 16,66%	Santa Maria	01/08/2016 a 30/05/2022
	17/2021	1 ano, 50% dos postos	PL 10%, CCL 16,66%	Caxias do Sul	27/09/2021 a 27/09/2022
	DL 01/2020 – PE 01/2019	3 anos, 50% postos	PL 10%, CCL 16,66%	Passo Fundo	30/10/2020 a 30/05/2022
	01/2017	3 anos, 50% dos postos	35263.000018/2017-51	Ijuí	10/05/2017 a 30/05/2022

Conforme demonstrado acima, todos contratos anteriores da SRSUL, cujas licitações ocorreram antes de 2021 (antes da centralização) possuíam exigência de, no mínimo, 3 anos (com percentual de experiência exigido conforme quantidade de postos do contrato). Esses contratos, salvo algumas exceções, foram satisfatoriamente executados, muitos inúmeras vezes, comprovando que trataram-se de contratações bem sucedidas, que atenderam à Administração.

Antes da licitação centralizada, porém, após a criação da SERLIC, a SRSUL realizou algumas contratações nas quais foram exigidos apenas um ano de experiência, a saber os processos 35014.224868/2021-61 (Limpeza Blumenau), 35014.203479/2021-

01 (Limpeza Caxias do Sul), 35014.203509 /2021-71 (Limpeza Curitiba e Ponta Grossa) e 35014.316398/2021-61 (Limpeza Uruguaiana), os Gestores dos Contratos apontaram dificuldades das contratadas apresentarem garantias válidas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 577 - SEI 6588169, além de outras inexecuções, tais como de atrasos nos pagamentos de salários dos funcionários, atrasos de entrega de uniformes e materiais e assim prejudicando sobremaneira a execução contratual.

A equipe entende que a redução da exigência de habilitação técnica no ano de 2021 afetou a qualidade das contratações.

A SRSUL realizou em 2022 uma licitação Centralizada de Limpeza (Pregão Eletrônico 12/2022), com o objeto dividido em 7 Grupos, retornando a exigência de 03 (três) anos de garantia e como consequência tivemos em 6 dos 7 polos o serviço satisfatoriamente atendido. Tem-se atualmente apenas uma ocorrência com indicativo de rescisão (Polo V) e o presente processo (Polo VI) no qual a Contratada manifestou não ter interesse na prorrogação.

Com a manutenção da exigência de 03 anos de experiência a Equipe de Planejamento visa afastar da disputa empresas "aventureiras", com pouco conhecimento de mercado e pouca solidez. Considerando que a manutenção da contratação com o agrupamento de duas GEX em um único contrato mantém consideravelmente altos os valores contratados e também a quantidade de funcionários disponibilizados no contrato, os efeitos danosos de uma contratação ruim tomam grandes vultos, afetando várias unidades.

O período de experiência a ser exigido não refere-se à experiência na limpeza propriamente dita, mas sim, experiência do Contratado com relação à sua capacidade administrativa de gestão da mão de obra a ser fornecida ao INSS e também à solidez da contratada.

Em consulta ao site do SEBRAE, encontrou-se relatório de 10/2016 referente à Sobrevivência das Empresas no Brasil com até 2 anos: *"Em termos setoriais, para as empresas nascidas em 2012, verifica-se que a maior taxa de sobrevivência foi registrada nas empresas do setor industrial (80%), seguida pela taxa da construção (79%), do comércio (77%) e de serviços (75%)."* (...) *"Já a taxa de sobrevivência de até dois anos das ME constituídas em 2012 foi de apenas 55%."*

A exigência da comprovação de experiência por período maior, além de preservar a Administração de maus executores, ainda afasta a Administração de empresas incapazes de prosperar e sobreviver após o segundo ano de sua fundação. No caso de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra, muitas vezes acaba sobrando para o Contratante o ônus das demandas trabalhistas na qualidade de responsável subsidiário, principalmente quando a Empresa deixa de existir.

O período de exigência com relação à duração do contrato, segundo o Acórdão TCU 503/2021 *"Em licitações de serviços continuados, para fins de qualificação técnico-operacional, a exigência de experiência anterior mínima de três anos (subitens 10.6, b, e 10.6.1 do Anexo VII-A da IN-Seges/MPDG 5/2017), lapso temporal em regra superior ao prazo inicial do contrato, deve ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios e na experiência pretérita do órgão contratante, que indiquem ser tal lapso indispensável para assegurar a prestação do serviço em conformidade com as necessidades específicas do órgão, por força da sua essencialidade, quantitativo, risco, complexidade ou qualquer outra particularidade."* Sob esse aspecto justifica-se a exigência de 03 (três), apesar de a contratação inicial ser de apenas 12 meses, porque há previsão contratual de prorrogação do Contrato, visto que há interesse da Administração na continuidade dos serviços. Desta forma, a menos que ocorram problemas na execução da contratação, ou na habilitação da contratada, os contratos serão prorrogados por até 60 meses.

Ainda sobre o tema, seguem as pertinentes palavras de Renato Geraldo Mendes:

*"Toda descrição é, em princípio, restritiva. O que torna uma condição exigida na descrição do objeto ilegal não é o fato de que ela restringe a participação, mas a inexistência de fundamento de validade entre o que se exige e a necessidade que se quer satisfazer. Ao planejar a contratação, a Administração precisa restringir e ampliar, simultaneamente. Ela deve restringir (calibrar) a solução em função da necessidade a ser satisfeita e ampliar a participação dos interessados em razão do mercado. A restrição garante a plena satisfação da necessidade. A ampliação da disputa, por sua vez, garante a competitividade que assegurará a obtenção da melhor relação benefício-custo. (MENDES, 2012, p. 139)"*

Ainda com relação ao tema, cita-se Marçal Justen Filho:

*"O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para a seleção da proposta mais vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter 'competitivo' da licitação. (JUSTEN FILHO, 2009, p. 80)"*

Salienta-se que a exigência de 3 anos de experiência em licitações de limpeza e conservação jamais afetaram a competitividade dos certames realizados realizados pela SRSUL, tanto que na licitação 12/2022 não houve nenhum grupo com menos de 10 licitantes.

Pelos motivos acima expostos, será fixada no Termo de Referência a exigência de comprovação mínima de 3 anos de experiência referentes a 50% dos postos do serviço da parcela mais significativa da contratação, ou seja, limpeza e conservação.

**Requisitos de Controle interno previstas no §1º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017 (conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador)**

A adoção da Conta Vinculada para a presente contratação segue orientação da DGPA, que, através do Despacho SEI 1314057 forneceu a seguinte orientação: *"Quanto ao modelo de garantia a ser utilizado, esclarecemos que o INSS, após uma série de reuniões com representantes de diversas áreas da Administração Central, optou pela adoção da Conta-Depósito Vinculada como instrumento de gestão de risco para as contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra."* Desta forma, será utilizada a Conta Vinculada como instrumento de gestão de Risco na futura contratação.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. A presente demanda deverá ser atendida através da contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização, desinfecção Covid 19 e Carregadores por demanda, tendo em vista que tal solução já é praticada ao longo dos últimos anos e atende perfeitamente as necessidades do setor requisitante.

5.2. Há necessidade de nova licitação porque a empresa atualmente contratada não demonstrou interesse em prorrogar o Contrato que irá vencer em 20/09/2023.

5.3. A presente contratação provém do Contrato do Grupo 4 de limpeza, licitado no Pregão Eletrônico 12/2022 para o qual houve a participação de 15 licitantes para o Grupo, o que por si já comprova a existência de mercado fornecedor. Essa maciça participação na licitação na qual foi originado o contrato anterior dá à equipe de Planejamento a segurança necessária de que existem fornecedores com potencial para a pretensa contratação.

5.4. A manutenção da contratação na forma de um único Grupo provém, além da demonstração de existência de fornecedores, do alinhamento estratégico definido pela Coordenação através do Despacho SEI 11940629.

5.5. Ressalte-se que, na análise, foram considerados os aspectos qualitativos, o que se entende razoável à medida que, sem se descuidar do aspecto econômico-financeiro, relevante premissa a ser considerada (sobretudo em momentos de austeridade), deve a Administração primar sempre pela eficiência. Com a solução proposta, a manutenção do agrupamento de duas GEX em um único grupo, além da obtenção do ganho de Escala, busca-se manter as melhorias obtidas no processo anterior, como maior profissionalização das empresas contratadas e padronização da Gestão dos contratos. Desse modo os resultados a serem alcançados são reconhecimento da qualidade dos serviços e preços compatíveis com os limites orçamentários estabelecidos para a Superintendência Regional Sul.

5.6. Além dos benefícios acima expostos, com a manutenção da centralização manterá os ganhos qualitativos com relação às empresas contratadas, pois os fornecedores terão de possuir Patrimônio Líquido e Capital Circulante Líquido compatível com o valor a ser contratado e o próprio valor do contrato atrairá fornecedores com maior potencial e solidez.

5.7. São, portanto, as premissas:

a) Primeira premissa: de caráter financeiro, em que são avaliados os custos estimados para cada alternativa, observando-se o orçamento disponível.

b) Segunda premissa: relacionada à qualidade dos bens e serviços, refletida por características que permitam o atendimento das necessidades dos usuários do INSS, por meio de serviços de melhor qualidade.

### 5.8. Justificativas da solução escolhida

5.8.1. Portanto, a partir da análise dos modelos de contratação disponíveis, o INSS promoverá a contratação da solução já praticada ao longo dos anos, ou seja, empresa especializada para execução de serviços de limpeza, conservação e higienização e desinfecção com fornecimento conjunto de materiais, equipamentos, uniformes e EPIs. Ainda será mantida a contratação conjunta de Carregadores sob demanda, com a novidade da possibilidade de demanda de meio turno, conforme solicitação da Gestão. Carregadores por demanda representam uma grande economia com o custo de postos efetivos de Carregadores porque não há pagamento de horas ociosas. A contratação conjunta dos serviços atualmente é praticada em todas as unidades da SRSUL.

5.8.2. Outra inovação que ocorreu na contratação anterior e será mantida nesta é a inclusão de horas eventuais a serem utilizadas conforme a necessidade e remuneradas por demanda.

5.9. O processo nos moldes atuais com algumas melhorias alinhadas com a Gestão é a solução que atende a demanda do Polo IV de Limpeza da SRSUL.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. O presente processo tem por objeto a contratação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, EPI's e uniformes, de forma continuada ou sob demanda, com e sem dedicação exclusiva de mão de obra, e de carregadores, sem dedicação exclusiva e sob demanda, nos imóveis das Gerências Executivas de Chapecó e Criciúma, vinculadas à Superintendência Regional Sul. O Regime de Execução será o de empreitada por preço global para os itens referentes a limpeza e conservação e Postos Covid com dedicação exclusiva de mão de obra e no regime de empreitada por preço unitário para os itens referentes a Horistas Limpeza Ordinária, Horistas Covid e Carregadores por diária, com a opção de meia diária - todos por demanda.

6.1.1. O regime de execução foi definido tendo como base a definição legal, considerando as características dos serviços a serem contratados. No caso dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, tanto a Administração quanto as Licitantes sabem de antemão os serviços a serem executados em termos quantitativos e qualitativos, conforme descrição no TR (metros quadrados a serem limpos, rotinas de limpeza, utilização de materiais). Já para os serviços sob demanda, a empreitada por preço unitário está justificada pela incerteza quanto a efetiva utilização da totalidade dos quantitativos previstos, de forma que cada unidade possui o valor fixo que será remunerado quando efetivamente executado.

6.2. Os serviços de limpeza, conservação, higienização, desinfecção e serviços gerais (carregador) possuem natureza continuada e permanente, cuja interrupção pode comprometer a prestação dos serviços da Administração. A contratação deverá estender-se por mais de um exercício financeiro, continuamente, estabelecendo condições adequadas de salubridade e higiene, assegurando integralidade ao patrimônio público, funcionamento das atividades finalísticas e o cumprimento da missão institucional do INSS.

6.2.1. O treinamento e administração da mão de obra terceirizada ficará a cargo da prestadora dos serviços, não implicando em custos adicionais para a contratação;

6.2.2. As funções de serventes elencadas neste instrumental estão enquadradas no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, sob o número 5143-20. Para os carregadores o enquadramento é de Serviços Gerais, também enquadrados no CBO 5143-20.

6.2.3. Os serviços serão executados de acordo com a metodologia de referência para a contratação de serviços de limpeza e conservação, compatíveis com a produtividade de referência estabelecida na Instrução Normativa nº 05/2017, pode ser adaptada às especificidades da demanda de Unidade.

6.3. Os serviços de limpeza de Fachadas Envidraçadas de todas as unidades deverão ser realizados por equipes externas ao Contrato, podendo, inclusive, ser objeto de subcontratação.

6.3.1. A solução aqui descrita já foi utilizada por outros órgãos, tais como Receita Federal (PE 02/2021 - UASG 170321), IFSC (PE 48/2019 - UASG 158516), INSS SRI (PE 03/2021 - UASG 510178) e ainda pela Superintendência Regional Sul na licitação anterior (PE 12/2022 - 510181) e visa não restringir a competitividade, pois nem todos os fornecedores dos serviços de limpeza e conservação, possuem equipe especializada para limpeza de fachadas envidraçadas.

6.3.2. Ainda, o serviço possui a mesma natureza da limpeza ordinária, tratando-se inclusive da mesma vidraça (a parte interna a ser limpa pela equipe fixa de limpeza e a parte externa pela equipe volante especializada). Por esse motivo a contratação não será realizada em processo distinto. A empresa contratada, mesmo em caso de subcontratação, permanece com toda a responsabilidade sobre a total execução do objeto do Contrato.

6.3.3. São consideradas fachadas envidraçadas as faces externas das esquadrias a partir do terceiro andar, ou, em situações excepcionais, esquadrias mais baixas que devido à características de construção não permitam a limpeza sem risco.

6.3.4. Ainda com relação às fachadas envidraçadas, pondera-se que os serviços são classificados como de natureza acessória ao objeto principal, uma vez que sua execução não impacta diretamente na higienização dos ambientes. Além disso, considerando que são executados semestralmente, os custos diluídos ao longo do contrato representam menos de 1% do valor estimado para os serviços de limpeza e conservação.

6.3.5. Ainda, justifica-se a permissão à subcontratação pois a proibição da mesma nesse serviço tão específico, a ser realizado por equipe especializada, restringiria a competitividade do certame, uma vez que obrigaria todos os licitantes a possuírem equipe treinada a ser disponibilizada em diversas unidades.

6.4. Atividades de desinfecção: Os serviços de desinfecção correspondem as atividades realizadas nos consultórios de perícia médica, assistência social e reabilitação profissional. Os serviços a serem realizados nos referidos ambientes serão contratados na condição de postos de trabalho, na proporção de 01 (um) servente a cada 04 (quatro) consultórios/salas. Nos locais de atendimentos realizados de forma centralizada, em único local, a proporção adotada será de 4,2 (quatro vírgula dois) consultórios /salas por servente.

6.4.1. Limpeza e desinfecção das salas de perícia médica, assistência social e reabilitação profissional, com as seguintes características:

6.4.2. Material: Borrifador e Pano para limpeza de superfície;

6.4.3. Produto: álcool líquido 70% e demais produtos saneantes, observando segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 1994), devem ser considerados para a aquisição de produtos saneantes os seguintes itens: A natureza da superfície a ser limpa ou desinfetada e o seu comportamento perante o produto e a possibilidade de defeito ou corrosão da superfície a ser limpa (ex: matéria prima utilizada para fabricação do anteparo de acrílico que não recomenda desinfecção com álcool);

6.4.4. Para limpeza dos anteparos de acrílico devem ser utilizados flanelas, sabão ou detergente neutro ou outros produtos adequados.

6.4.5. EPI obrigatório para esse profissional: luvas de borracha, calçados fechados, máscaras, protetor facial, gorro e capote descartável;

6.4.6. Frequência Estimada: Após a realização de cada atendimento (entre 12 a 19 rotinas por sala)

6.4.7. Tempo de Execução de aproximadamente 6,5 minutos após cada atendimento;

6.4.8. Recolher sacos de resíduos dos recipientes próprios (lixeiras identificadas com material infectante) quando 2/3 de sua capacidade estiverem preenchidos ou sempre que necessário, evitando coroamento ou transborde;

6.4.9. Para atender a nova rotina de trabalho de limpeza e desinfecção necessária para as salas de perícia, avaliação social e reabilitação profissional, após a saída de cada usuário, são necessárias, no mínimo, 12 limpezas de aproximadamente 6,5 minutos para cada sala de perícia médica e para os consultórios de assistência social e reabilitação profissional serão necessárias 5 limpezas de aproximadamente 6,5 minutos cada.

6.4.10. A limpeza a ser realizada deve atentar para as áreas críticas, tais como mesas, maçanetas, teclados de computador, maca, balança, impressora, equipamentos utilizados pelo profissional no atendimento, escada, torneiras de pia, anteparo de acrílico, assentos, etc.

6.4.11. Todos os resíduos produzidos por aqueles que se encontram nas unidades do INSS, com suspeita ou confirmação de infecção pela COVID – 19, devem seguir as seguintes recomendações:

- serem separados, colocados em sacos de lixo constituídos de material resistente a ruptura vazamento e impermeáveis;
- Os resíduos devem ser acondicionados, em sacos vermelhos ou brancos, que devem ser substituídos quando atingirem 2 /3 de sua capacidade ou pelo menos 1 vez a cada 48 horas, independentemente do volume e identificados pelo símbolo de substância infectante;
- Serem introduzidos em outro saco limpo, constituído de material resistente a ruptura, vazamento e impermeáveis, de modo que os resíduos fiquem acondicionados em sacos duplos, bem fechados e identificados com o dizer: CUIDADO RESÍDUO INFECTANTE – COVID - 19, nas cores vermelha ou branca, de modo a não causar problemas para o trabalhador da coleta e nem para o meio ambiente

6.5. Haverá previsão de até 3 horas eventuais de limpeza e conservação para ações programadas de atendimento, manutenção e ações não programadas, como, por exemplo, fenômenos da natureza, e de até 3 horas eventuais de desinfecção Covid para viabilizar ações programadas de Perícia Médica e Assistente Sociais. A solução já foi adotada com sucesso na contratação anterior, decorrente do PE 12/2022. Não pode haver atendimento aos cidadãos sem a presença do serviço de limpeza, sob o risco de se tornar insalubre os ambientes nos quais circulam servidores e segurados.

6.5.1. Na licitação anterior não havia histórico de utilização para horas eventuais do serviço de limpeza e desinfecção e por esse motivo houve a projeção de 6 horas por mês por unidade. Para mutirões de Perícia Médica e Assistentes sociais são necessários os dois serviços de forma concomitante (limpeza e desinfecção). É sabido que há um custo para a incerteza, e por esse motivo a equipe teve o cuidado de ajustar a previsão ao histórico de utilização da contratação anterior, reduzindo de 6 para 3 horas/mês por unidade. Na elaboração das planilhas de custos constatou-se que todas as horas eventuais somadas impactam em menos de 1,5% no valor total dos serviços a serem contratados. Salientando-se que o risco é minimizado tanto para a Administração quanto para os Licitantes, pois só há ônus (custo com contratado e dispêndio de dinheiro público) em caso de efetiva utilização dos serviços previstos.

6.5.2. Vislumbra-se com a solução um potencial benefício aos Segurados, uma vez que os serviços terceirizados estarão disponíveis, tornando-se possível a realização de mutirões de atendimento, com antecipação de Perícias e atendimentos. Dessa forma, fica demonstrado o atendimento ao Interesse Público na contratação.

6.6. O serviço de carregadores será contratado por diária, sob demanda, com o limite de 10 diárias/mês por Gerência Executiva. Na contratação anterior havia a estimativa de 22 diárias/mês as quais não foram demandadas. Por esse motivo a equipe de planejamento ajusta o estimado para 10 diárias de forma a manter a disponibilidade do serviço sem distorcer a contratação. Atendendo demanda da Gestão do contrato anterior será incluída a possibilidade de meia diária, para até 20% do serviço estimado. Isso significa que até 2 diárias/mês por Gerência Executiva poderá ser demandado na forma de meia diária e tal serviço será executado com o pagamento da metade do valor Proposto para a diária. Poderá também, em um pedido haver a solicitação de 1,5 diárias, ou seja, um carregador para trabalhar em tempo integral no dia e outro para cumprir apenas meia jornada. Dessa forma a gestão poderá racionalizar as demandas de forma que as diárias sejam bem aproveitadas, sem ociosidade, para otimizar a utilização do dinheiro público.

6.7.1. Considerando que 10 diárias/mês possibilitam a convocação de 2 estivas durante 5 dias úteis no mês, as demandas deverão ser gerenciadas de forma a otimizar a utilização dos serviços, reduzindo a ociosidade dos contratados.

6.7.2. Os serviços de carregadores só serão prestados quando demandados pela Administração, através de Ordens de Serviços.

6.7.3. Os carregadores deverão se apresentar com equipamentos de proteção individual necessários para a regular prestação dos serviços e kit básico de ferramentas (que deverá conter no mínimo jogo de chaves, alicate e martelo) quando solicitado na OS.

6.8. Outra questão que precisa ser esclarecida na presente contratação é quanto a aplicação do adicional de insalubridade sobre os postos efetivos de trabalho. Como o INSS não possui laudo em cada uma de suas unidades, foram utilizadas para definição da estimativa de custos as regras das CCTs específicas de cada localidade.

6.8.1. Insalubridade Santa Catarina: Há previsão em CCT de pagamento de adicional de insalubridade em grau MÉDIO para todas as serventes.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A contratação se dará através de produtividades (para o caso da limpeza ordinária) definida ao longo do Planejamento, com estudo histórico, produtividade adotada na contratação anterior, bem como os ajustes demandados pela gestão do Contrato.

7.1.2. Para as unidades em que a área física é menor do que a produtividade estabelecida será considerada como área (interna/externa) a produtividade mínima de referência adotada (Anexo VI-B, item 9, IN/SEGES/05/2017).

7.2. Para a mensuração da quantidade de postos de Covid foram utilizadas informações sobre quantidade de salas de perícia e assistentes sociais e respectivos horários de funcionamento.

7.2.3. A metodologia para contratação dos "Postos Covid" diferencia-se da metodologia utilizada para contratação da limpeza ordinária, a qual é por m², pelos seguintes motivos:

7.2.3.1. A contratação dos postos Covid atende às determinações internas constantes no Ofício SEI Circular nº 39/2020/DGPA/PRES-INSS de 16/07/2020 e Ofício SEI Circular nº 40/2020/DGPA/PRES-INSS de 17/07/2022. Ambas as orientações definem as atividades e rotinas vinculadas à quantidade de consultórios de perícia/assistentes sociais (uma servente a cada 4 salas/consultórios) e não ao tamanho das referidas salas. Por esse motivo a mensuração do contrato não pode dar-se por m²;

7.2.3.2. O formato da contratação está alinhado com definições de padronização da Direção Central para padronização que, apesar de ainda encontrarem-se em andamento, já serviram de direcionamento para a presente contratação (SEI 35014.081402/2021-65).

7.2.3.3. Salienta-se, ainda, que tal metodologia tem sido aplicada pelo INSS em seus últimos pregões, tanto na SRSUL quanto nas demais Superintendências, sem que houvesse havido quaisquer questionamentos por órgãos de controle e/ou licitantes.

7.3. Para a mensuração das horas eventuais, foi adotado o padrão de 3 horas/mês por unidade, conforme justificativas apresentadas no item 6 (acima).

7.4. Para o estimativo do limite máximo de diárias de carregadores, foi definido o limite de 10 diárias mensais por GEX, conforme justificativas apresentadas no item 6 (acima).

7.5. O quadro total dos serviços, quantidades e carga horária estará no Anexo IV do Edital (Planilha Estimada de Custos).

7.6. A licitação será realizada em 1 grupo, formados por 05 (cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo.

7.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, EPI'S, uniformes e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas neste instrumento, promovendo sua substituição quando necessário.

7.7.1. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, objetivando a correta execução dos serviços.

7.7.2. Será de inteira responsabilidade da contratada, orientar corretamente seus funcionários para o eficaz manuseio e guarda dos produtos.

7.7.3. Os materiais/insumos deverão ser usados com eficiência para evitar desperdícios, estando sujeita a empresa a aplicação de glosas caso seja identificado tal prática por parte dos empregados.

7.7.4. Será de inteira responsabilidade da contratada, orientar corretamente seus funcionários para o eficaz manuseio e guarda dos equipamentos, assim como providenciar a manutenção e substituição dos equipamentos danificados.

7.7.5. A CONTRATADA deverá usar material de limpeza e outros produtos químicos necessários, que estejam aprovados pelo órgão governamental competente, e que não causem danos às pessoas, bem como aos revestimentos, pisos, instalações, e redes de água e esgoto.

7.7.6. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas contendo marca de conformidade de qualidade (INMETRO ou similar) com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações.

7.7.7. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Projeto Básico e na proposta, observado o disposto no subitem anterior, devendo ser substituídos o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.7.8. Os equipamentos deverão ser fornecidos de uma só vez, e a Administração arcará com o custo da depreciação correspondente APENAS ao período contratual. Portanto, o custo dos equipamentos deverá ser reportado à planilha de formação de preço a título de depreciação por posto de trabalho. Suas substituições deverão ser realizadas a cargo da Contratada sem onerar o valor contratual firmado.

7.7.8.1. Para o cálculo do insumo Depreciação de Equipamentos, adotou-se vida útil de 10 anos. Para elaboração da Planilha a Licitante deverá seguir orientações da RFB.

7.7.9. A CONTRATADA fornecerá todos os materiais e equipamentos no início da execução conforme planilha estimativa de custos. Independente do material/equipamento ser de entrega mensal ou entrega única (uma entrega no início do contrato com compromisso de manter disponível/funcionando), estes devem estar disponíveis nas dependências da contratante para uso pelos funcionários da contratada NO PRIMEIRO DIA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.7.10. As entregas posteriores dos materiais de consumo mensal serão até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Recibo e deverão ser suficientes para a perfeita execução dos serviços (tanto com relação à qualidade quanto à quantidade).

7.7.11. A Contratada deverá fornecer, treinar e exigir que seus empregados utilizem equipamentos de segurança proporcionando a eles condições que lhes protejam a saúde e/ou previna acidentes e/ou doenças do trabalho.

7.7.11.1. Os EPIs serão entregues aos prestadores de serviços sem qualquer desconto dos empregados.

7.7.11.2. Os EPIs deverão estar de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentadora 6 (NR-6).

7.7.11.3. Os EPIs necessários à execução das tarefas deverão estar no local da prestação de serviços, integralmente desde o primeiro dia da execução contratual. Cada empregado, mediante recibo contendo a lista descritiva relacionando cada EPIs deverá assinar, datar e atestar ter recebido os materiais completos. Uma via desta relação assinada deverá ser entregue antes do efetivo início dos trabalhos à Fiscalização do Contrato.

7.7.11.4. A relação MÍNIMA de EPIs é a disposta na planilha estimativa de custos. O valor total dos EPI's deverá ser dividido pelo número de meses e pelo total de serventes com o objetivo de compor o valor a ser inserido na planilha de composição de custos de cada trabalhador. A empresa deverá se responsabilizar pela reposição dos EPI's quando necessário ou quando solicitado pela Administração.

7.7.12. Os uniformes e seus complementos a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser novos e com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo condizentes peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

7.7.12.1. O uniforme deve atender o contido na CCT e os quantitativos mínimos previstos na Planilha Estimativa de Custos.

7.7.13. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, compatível com o clima da região, durável e que não desbote facilmente, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

7.7.14. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

7.7.14.1. No início da execução (primeiro dia) do contrato a empresa deverá entregar todas as peças a serem discriminadas no Termo de Referência, devendo ser substituído, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

7.7.14.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados, observando-se que as trabalhadoras gestantes ou lactantes têm o direito de permanecerem afastadas de atividades de risco durante a gestação e amamentação (art. 394-A da CLT);

7.7.14.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

7.8. Para definição do quantitativo de materiais foi utilizado o consumo histórico das unidades com licitações anteriores. O Consumo histórico consta demonstrado em cada um dos processos licitatórios, a saber: 35014.224868/2021-61 (Limpeza Blumenau), 35014.203479/2021-01 (Limpeza Caxias do Sul), 35014.203509 /2021-71 (Limpeza Curitiba e Ponta Grossa) e 35014.029007/2022-52 (Limpeza Florianópolis). A análise dos processos acima citados levou a uma quantidade média de utilização mensal por servente. Tal média foi utilizada nas 7 contratações decorrentes do pregão 12/2022 e durante o primeiro ano de execução dos contratos mostrou-se adequada.

7.8.1. Partindo-se da definição do quantitativo mensal por servente, elaborou-se nova pesquisa de preços com base na IN 73/2020 chegando-se ao valor estimado de R\$ 512,71 por servente. Ainda, comparando-se este valor com o custo da servente, conclui-se que a estimativa está alinhada com o conteúdo do Caderno Técnico de Limpeza/SEGES 2019, pois ficou próximo dos 12% calculados sobre o custo da mão de obra, considerando a inflação dos últimos anos que não foi acompanhada pela reposição salarial.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 4.428.042,72

8.1. O valor estimado da Contratação foi apurado através de pesquisa de mercado para os insumos e o serviço de carregadores eventuais pagos por diária.

8.2. Para estimativa dos custos dos postos com dedicação exclusiva de mão de obra e das serventes horistas foram elaboradas planilhas de Custos e Formação de Preços constantes no Anexo IV do Edital.

8.2.1. A planilha seguiu o alinhamento do INSS disseminado através do último treinamento ofertado.

8.2.2. A elaboração das planilhas também seguiu orientações dos Cadernos Técnicos da SEGES e as Convenções Coletivas atualizadas da categoria.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O Contrato terá natureza contínua e será licitado em 01 (um) grupo, visando à obtenção de ganho de escala e economia processual. A gestão dos Contratos será centralizada na Superintendência Regional Sul, tendo em vista a estruturação da SR com a existência de LOGÍSTICAS CENTRALIZADAS (LOG LIMP). É vantajoso para a Administração agrupar os serviços de duas

Gerências Executivas em um único contrato, evitando-se assim maiores custos administrativos e operacionais. Caso a licitação ocorresse por itens isolados, sendo cada Agência da Previdência Social um item, os custos com publicação, gestão, entre outros, seriam bem maior;

9.2. O agrupamento em um polo (microrregião), justifica-se, ainda, em virtude da limitação da capacidade operacional da SRSUL, além das justificativas constantes no item 5 do ETP.

9.3. Com vistas à ampliação da competitividade, aponta-se o que reza o art. 23, § 1º, da Lei 8.666: § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.4. A Súmula nº 274 do TCU expõe a necessidade da Administração observar nas licitações a possibilidade de parcelamento, quando técnica e economicamente viável:

*"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."*

9.5. O Tribunal de Contas da União, ainda, em seu ACÓRDÃO 732/2008 – PLENÁRIO, fez deliberações importantes quanto ao parcelamento e ao fracionamento do objeto a ser licitado:

*138. A questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto. No caso vertente, como se trata de aquisição de tubos, conexões e equipamentos hidromecânicos para uma adutora, não vislumbramos qualquer bens divisíveis impedimento para que o objeto seja parcelado, pois, a princípio, tratam-se de pelas suas próprias características construtivas, diferentemente da construção de prédio ou de uma casa, cujas características construtivas, via de regra, recomenda que seja executado por uma mesma empresa. 139. Quanto à viabilidade econômica, realmente, contratos executados em um só lote costumam ter custos indiretos proporcionalmente menores, quando comparado com múltiplas contratações que abarquem o mesmo objeto, por conta da economia de escala. Mas esse tipo de contratação só resultará em benefício à Administração se estiverem presentes outras condições, não evidentes neste caso, como, por exemplo, da ampla competição entre interessados, por exemplo, que não se configurou, haja vista terem comparecido apenas 2 (duas) empresas interessadas no certame, dais quais, uma não conseguir sequer participar pelas razões já expostas. É importante notar, também, que a economia de escala tipicamente associada às contratações mais volumosas encontra um contraponto na maior competição propiciada por licitações menores. Os ganhos decorrentes da ampliação da concorrência mediante a participação de empresas de menor porte ou mais especializadas não raro igualam ou superam os decorrentes da economia de escala, sobretudo em modalidades licitatórias que favorecem a ampla disputa entre os interessados, como no caso do pregão. 141. Como é fácil perceber, a análise da economicidade de uma contratação é tarefa complexa que depende de diversas variáveis. Por isso mesmo deve ser objeto de uma análise técnica cuidadosa, o que, ao nosso ver, não foi realizado pelo DNOCS, ante a apresentação da Nota Técnica Nº002- DI/2007, que foi elaborada para esclarecer os pontos levantados pela Procuradoria Federal, no Parecer 190/PGF/PF/DNOCS /CAJ/ATPB/2007. Dentre outras questões ali contidas, a aludida nota dedica um tópico às justificativas para a adoção do lote único ao invés de menor preço por lote. Consideramos, então que não há nos autos estudos realizados pelo DNOCS com o nível de detalhamento adequado, a fim de possibilitar uma análise acurada, objetivando que se conclua pela a viabilidade ou não do parcelamento do objeto. 142. Desta forma, quando não houver viabilidade de divisão do objeto, a Administração deve demonstrar de forma expressa e clara que o parcelamento não será a melhor alternativa. O voto do Ministro - Relator, quando do Acórdão no 358/2006 -Plenário, é claro nesse sentido: "Sobre o parcelamento (...), tem-se que ele está previsto no §1º, do art. 23, da Lei no 8.666/93, constituindo-se como regra. Embora sua adoção não constitua medida inafastável, pois não deve implicar perda de economia de escala, há que se realizar sempre prévia avaliação técnica e econômica antes de descartá-la.... Assim, em todas as aquisições, cumpre à Administração demonstrar cabalmente que o parcelamento não se mostra como melhor opção técnica e econômica, de maneira a autorizar a perda da competitividade decorrente de sua não utilização."*

9.6. Quanto ao agrupamento dos serviços de limpeza, conservação e higienização, desinfecção e carregadores, sob demanda, além de horas eventuais do serviço de limpeza e de desinfecção sob demanda com o fornecimento de material, EPIs e uniformes a justificativa é que os serviços se relacionam e, portanto, o agrupamento é vantajoso sob os pontos de vista técnico e econômico. No presente caso, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade, pois todos os serviços são da mesma natureza e prestados pelo mesmo tipo de empresa, permitindo, ainda, a diluição dos custos indiretos.

9.6.1. Ainda com relação ao agrupamento dos serviços de Estiva com Limpeza tecemos as seguintes ponderações:

9.6.1.1: Historicamente o serviço de carregadores do INSS era contratado como um contrato autônomo, com postos de trabalho e com um valor bastante baixo (1 ou 2 postos por contrato), o que tornava a contratação pouco atrativa e acabava sendo realizada por empresas com pouca ou nenhuma estrutura.

9.6.1.2: A contratação conjunta dos serviços é prática comum no serviço público, como se observou no PE 05/2022 da Companhia Brasileira de Trens (275057), PE 01/2022 da Universidade Federal de Itajubá (158161), PE 13/2021 do Ministério da Saúde (255014), no pregão 20/2021 do INSS (510181). Isso constatou-se em uma rápida consulta ao Comprasnet buscando-se as expressões "limpeza" e "carregadores".

9.6.1.3. Na Superintendência Regional Sul a junção dos serviços ocorreu na licitação anterior, PE 12/2022 e obteve-se a participação de 15 fornecedores interessados para o polo IV, o que demonstra de forma efetiva que a inclusão dos serviços de carregadores em uma licitação não afasta potenciais fornecedores.

9.7. O agrupamento de duas Gerências Executivas respeita a capacidade operacional dos licitantes e facilita o gerenciamento dos contratos pela Administração, face ao quadro atual de servidores. Esse modelo de contratação permitirá ao INSS obedecer o princípio da segregação de funções, permitindo o regular desenvolvimento das licitações e das gestões de contratos, como ressalta o Acórdão nº 5.840/2012 da 2ª Câmara desta Corte de Contas, verbis:

*"deve-se evitar a nomeação de mesmos servidores para atuar, nos processos de contratação, como requisitante, pregoeiro ou membro de comissão de licitação, fiscal de contrato e responsável pelo atesto da prestação de serviço ou recebimento de bens, em respeito ao princípio da segregação de funções."*

9.8. Ainda, cumpre mencionar que a Administração Federal vem buscando equilibrar o déficit nas contas públicas e o INSS não está medindo esforços na busca de reduzir despesas a fim de que seja possível a manutenção das atividades dentro dos padrões mais básicos. A contratação nesses moldes proporciona à Administração "ganho de escala", ou seja, a empresa licitante, mediante o aumento no quantitativo de postos de trabalho consegue preços melhores de materiais para emprego na execução dos serviços e tem diluído os valores nos custos indiretos de administração, podendo, desta forma, apresentar proposta mais vantajosa para a Administração.

9.9. Assim, sob o ponto de vista econômico a contratação de uma única empresa para atender o polo IV da Superintendência (Gerência Criciúma e Chapecó), evita ônus administrativo e burocrático consequentes à contratação concomitante por intermédio de várias empresas prestadoras de serviço, gerando economia de escala, tempo, ganhos de eficiência e maior compromisso da empresa contratada.

9.10. Esse modelo não só reduz consideravelmente os riscos de execução como também permite propostas mais consistentes e econômicas por parte dos licitantes, reduzindo os custos a serem apresentados. O modelo promove a economicidade, na medida em que não serão absorvidos os custos consequentes à agregação de vários profissionais responsáveis por atividades técnicas e administrativas, tais como prepostos, gestores ou supervisores técnicos. Caso isto ocorresse representaria a multiplicação destas despesas por tantas quantas fossem as empresas contratadas.

9.11. Quanto ao gerenciamento dos serviços, tem-se que estes serão mais eficientes, uma vez que concentrará a gestão do contrato em equipes preparadas para atendimento das demandas, possibilitando a especialização dos servidores.

9.12. Pelos motivos acima expostos, entendemos que a contratação centralizada é o modelo mais adequado para atender às necessidades técnicas e econômicas das unidades vinculadas à SESUL, atendendo plenamente aos interesses da Administração.

9.13. A filosofia da SRSUL é a de formar equipes especializadas para atender e solucionar demandas de maneira célere e com precisão técnica, em consonância com o Princípio da Eficiência insculpido no texto constitucional (art. 37 caput da Constituição Federal).

9.14. Registre-se que o próprio Ministério da Economia já vem praticando as contratações de forma integrada a partir da criação da Central de Compras, tendo licitado de forma centralizada o Almoxarifado Virtual (Brasil dividido em 02 Atas - duas empresas vencedoras para atender a compra de material de consumo comuns para toda a Administração Pública Federal) e Taxi Gov (Uma Ata por Estado).

9.14 Finalmente, a centralização das contratações está alinhada com da Autarquia e está regulamentado pela IN nº 129/PRES /INSS, de 23 de dezembro de 2021.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Tal contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos, tais como contratação, treinamento e administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

11.2. Ressalte-se que na presente contratação a Administração privilegiará e exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização dos recursos, redução de desperdícios, menor poluição e demais ações de utilização de equipamentos e materiais que respeitem o meio ambiente.

11.3. A contratação dos serviços objeto deste documento atende ao Planejamento Estratégico da Direção Central do INSS em Brasília, estando contemplada no Mapa Estratégico 2020-2023 e no Plano de Ação, ambos aprovados pelo Comitê Estratégico de Governança do INSS, por meio da Resolução nº 2/CEGOV/INSS, de 31 de dezembro de 2019, atualizada pela Resolução Nº 7 /CEGOV/INSS, de 10 de junho de 2020. Enquadra-se na Gestão Eficiente de Recursos.

11.4. Além de estar alinhado com o Planejamento Estratégico, a contratação está prevista no PAC 2023: SEI 11903114.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços objeto deste estudo se faz necessária para manter permanentemente atendidas as necessidades da administração, com a finalidade de propiciar bem-estar aos funcionários e ao público em geral.

12.2. A contratação pretendida dos serviços de serviços de limpeza, conservação e higienização, desinfecção, carregadores sob demanda e horas eventuais, serão prestados de forma indireta e contínua, em conformidade com a legislação que disciplina tal matéria, dando continuidade aos contratos de prestação de serviços já existentes.

12.3. Os serviços de serviços de limpeza, conservação e higienização, desinfecção e carregadores, objeto da pretensa contratação, são considerados serviços continuados, que não podem sofrer solução de continuidade, vez que sua interrupção comprometerá as atividades do Instituto, causando prejuízos a grande parcela da população.

12.4. A contratação em questão destinar-se-á, ainda, à manutenção dos locais de trabalho nos padrões de asseio exigidos, bem como transporte e organização de materiais/mobiliários, visando proporcionar condições ideais de funcionamento às unidades, bem como de atendimento à clientela previdenciária, sob a melhor relação “custo x benefício” possível para o INSS.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. A contratação, nos moldes avançados, mostra-se mais benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos adicionais, tais como contratação, treinamento e administração de mão de obra própria, locação e/ou aquisição de equipamentos, insumos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

13.2. Ressalte-se que na presente contratação a Administração exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de mercado, otimização dos recursos, redução dos desperdícios, diminuição da poluição e demais ações decorrentes para utilização de equipamentos e materiais que respeitem o meio ambiente.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A empresa a ser contratada poderá ter bens agregados ao serviço e estes devem ser escolhidos conforme critérios de sustentabilidade, quando for o caso. Os materiais de consumo solicitados, trata-se de materiais biodegradáveis e, no caso dos resíduos gerados que é mínimo, deverão ser descartados em lixeiras seletivas. Quanto ao uso da energia elétrica, é importante

que as empresas atentem-se em disponibilizar equipamentos com selo PROCEL e que se configurem entre os mais eficientes energeticamente do mercado, e ainda deverá:

14.2. Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.3. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;

14.4. Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

14.5. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

14.6. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, e periodicamente, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.7. Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 10.936 /2022; e

14.8. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

14.9. É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, cumprir a legislação ambiental, para a gestão sustentável dos serviços, observando a quantidade, qualidade e periodicidade exigida.

14.10. É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, materiais de limpeza, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades de limpeza dos ambientes relativos à contratação.

14.11. A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.

14.12. É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

14.13. É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

14.14. A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.

14.15. A contratada deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.

14.16. Os serviços de limpeza que necessitem de veículos automotores para execução das atividades, devem reduzir as emissões de gases poluentes, utilizando modelos de veículos classificados como A ou B pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular e utilizar biocombustíveis para abastecimento.

14.17. É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como práticas de racionalização.

14.18. A contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.

14.19. Só será admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.

14.20. A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.

14.21. É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

14.22. A contratada deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.

14.23. As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008.

14.24. A contratada deverá recolher as lâmpadas fluorescentes e os pneus de veículos utilizados para prestação dos serviços, para descartá-los junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor conforme sistema de Logística Reversa previsto em legislação específica.

14.25. É obrigação da Contratada a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado da contratante.

14.26. É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I, listados no art. 5º da Resolução nº 336/1999, na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001.

14.27. É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previstos na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010.

14.28. É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

14.29. É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, que sejam biodegradáveis;

14.30. É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.

14.31. É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

14.32. É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações.

14.33. O fornecimento de produtos e serviços deve primar pela qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando os seguintes premissas:

a) Utilização de produtos de limpeza nas especificações técnicas previstas no edital, que sejam menos agressivos ao meio ambiente ou de menor impacto ambiental.

b) Eliminação de sujidades e manchas nos pisos, tetos, paredes, móveis, persianas e cortinas, vidros, sanitários, lavatórios e chuveiros.

c) Esvaziamento de pelo menos  $\frac{2}{3}$  de lixeiras por turno, obedecendo às características adotadas para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos.

d) Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual, por empregado.

e) Utilização de uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas.

f) Comunicar a contratante sobre defeito em torneiras e válvulas de descarga danificadas.

g) Reutilizar água de limpeza para ambientes externos.

h) Empregar equipamentos mais eficientes para a limpeza e que consumam menos energia elétrica.

i) Usar equipamentos de limpeza que emitam menos ruídos e sejam menos prejudiciais à saúde e à qualidade de vida do empregado e dos usuários.

j) Ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço.

k) Realizar a manutenção/substituição dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços que apresentarem mau funcionamento e/ou limpeza necessária para esses objetos (bens ou materiais).

14.34. A contratada ficará obrigada a adotar ações que reduzam a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente.

14.35. A contratada deve implementar mecanismos de sustentabilidade ambiental que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos alergênicos e irritantes para o consumidor, utilização de produtos naturais, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, entre outros.

14.36. Recomenda-se que seja exigido da contratada a implementação de ações que reduzam a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 19/01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e o Guia de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe considera a contratação pretendida VIÁVEL, uma vez que segue o alinhamento da contratação anterior, decorrente do Pregão Eletrônico 12/2022 com ajustes demandados pela gestão contratual, além de ajustes nos quantitativos decorrente do histórico de utilização dos serviços por demanda.

O contrato anterior atendia satisfatoriamente Gerências, além de tratar-se de serviços indispensáveis para o funcionamento das unidades a serem atendidas.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VIVIAN ZENKER**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/06/2023 às 11:18:01.

**JULIANA DA SILVA**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/06/2023 às 11:23:47.

**ALESSANDRA MUSSI DA SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 13/06/2023 às 11:23:10.*